

Perfil de investimento na cidade de Salvador, c. 1750 – c. 1780

Alexandre Vieira Ribeiro
Doutorando pela UFRJ

A proposta desse texto é apontar os padrões de investimentos da sociedade de Salvador entre os anos de 1750 e 1780. Para tanto, utilizaremos as escrituras públicas referentes aos três ofícios que existiam neste período na cidade. Essa documentação se encontra depositada no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Infelizmente, devido ao grau de degradação no qual se encontra essa documentação, muitos livros de notas ficaram impossibilitados de serem analisados. De todo modo, ainda consideramos esse material de fundamental importância, pois abrange todo o período da pesquisa.

Sabemos que a análise a seguir não busca apontar a verdade numérica no que tange a compra e venda da sociedade soteropolitana colonial. Isso ocorre não só pelo fato de não termos conseguido levantar toda a documentação notarial devido ao estado de degradação como mencionado anteriormente ou pela perda do material ao longo dos anos, mais também por acreditarmos que nem tudo que foi transacionado no período histórico foi registrado. Como nos foi alertado por Antônio Carlos Sampaio, baseado nas Ordenações Filipinas, apenas os bens de raiz com valor acima de 4\$000 e os móveis acima de 60\$000 tinham que ser registrados em escrituras públicas.¹ Além disso, é possível que muitas transações envolvendo bens de maior monta não tivessem sido registrados pelo simples motivo de envolverem pessoas que confiassem umas nas outras, como por exemplo, a venda de uma propriedade de pai para filho. Assim sendo, o que buscamos é mostrar com as escrituras a representatividade de alguns padrões de investimentos feitos pela sociedade da época.

Há uma variedade de escrituras públicas, compondo um conjunto extremamente heterogêneo. Tal diferenciação nos permite abordar diversos aspectos da vida cotidiana dos habitantes de Salvador. Alguns exemplos dessa farta documentação são as procurações, escrituras de doação de patrimônio, fiança, confissões de dívidas, formação de sociedade, de alforrias, compra e venda, empréstimos. Nesse texto, nos limitaremos às escrituras de compra e venda. Desta forma, procurei levantar esta documentação (geralmente intituladas “venda e quitação”) qualquer que fosse o objeto transacionado. Após a constituição de um banco de

¹ SAMPAIO, Antônio C. J. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 54.

dados com tais informações procurei separar esse material em cinco categorias diferentes: negócios rurais, negócios urbanos, negócios comerciais, embarcações e outros.

Devido ao pouco número de escrituras trabalhadas buscamos agrupa-las por quinquênios para uma melhor análise. É importante ressaltar que faltam dados para alguns anos. Isto se deve ao fato da pesquisa está em andamento² e também, infelizmente, pela inutilização de alguns livros notariais localizados no APEB. Cabe mais uma vez lembrar que estamos cientes de que as diversas formas de investimentos de uma sociedade colonial e, por conseguinte, de sua reprodução não passam apenas no mercado. Existem outros mecanismos como herança, doações, dotes, sesmarias que possibilitavam o acesso e o acúmulo de patrimônio.

Se os inventários *post-mortem* funcionam como “fotografias” marcando um instante da vida de um indivíduo, as escrituras funcionam como um “filme”. Sua análise permite ver o mesmo indivíduo atuando em diversos momentos ao longo de sua vida. Além disso, elas refletem as estruturas da sociedade e suas conjunturas econômicas. De início, elaboramos a tabela 1.1 a partir de 415 escrituras de “compra e venda”. Vejamos o que dela é possível extrair.

De forma geral, os bens arrolados na documentação de venda e quitação, em sua maioria são de negócios rurais ou de negócios urbanos, tendo esse último um peso maior no número de escrituras (55,3% do total). Para todos os períodos, os negócios urbanos são majoritários. O que pode explicar o peso da quantidade de transações envolvendo negócios urbanos deve-se ao fato de estarmos trabalhando com uma área urbana (a documentação analisada neste capítulo foi produzida nos três cartórios que se encontram no perímetro urbano de Salvador). De todo modo, o valor total dos bens rurais transacionados é quase sempre maior que a metade de todo o valor negociado no período, exceções apenas aos lustros de 1751-55 (46%) e 1766-70 (16%). Esses dados podem ser derivados do maior valor dos bens agrários frente aos demais.³

Por seu turno, situação diferente é percebida quando analisamos os bens urbanos. Como dito anteriormente, embora fossem majoritários em números de escrituras para todos os períodos, isso não reflete no montante negociado. Apenas no lustro de 1751-55, os valores

² O trabalho de leitura das escrituras e levantamento das informações está em andamento. A idéia e levantar todas as escrituras que estão em condições de serem trabalhadas ente os anos de 1750 a 1800. Até o momento, já foram fotografados os livros de notas até o ano de 1800 que me foram disponibilizados e coletadas as informações até 1780.

³ Consideramos como bens urbanos as casas e os sobrados; bens rurais: fazendas, engenhos, roças, sítios e terras; bens comerciais: lojas e vendas.

envolvendo negócios urbanos foram majoritários. Nos demais períodos houve oscilações, chegando a representar 14,5% entre os anos de 1766-70 e 11,6% entre 1776-80.

1.1 – Participação percentual dos diversos tipos de vendas no valor total transacionado na cidade de Salvador entre 1751 e 1780 por quinquênios
(em mil-réis)

Período	Negócios rurais		Negócios urbanos		Negócios comerciais		Embarcações		Outras vendas		Valor total	
	Valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E
1751-55	23:851\$704	27	26:457\$340	32	1:540\$000	2					51:849\$044	61
%	46,0	44,3	51,0	52,4	3,0	3,3					100	100
1756-60	61:919\$610	26	35:888\$400	49	5:500\$000	4	3:000\$000	2			106:308\$010	81
%	58,2	32,1	33,8	60,5	5,2	4,9	2,8	2,5			100	100
1761-65	11:467\$500	14	9:145\$540	24							20:613\$040	38
%	55,6	36,8	44,4	63,2							100	100
1766-70	8:042\$946	16	7:174\$000	22	32:170\$000	4	2:000\$000	1	107\$290	1	49:494\$236	44
%	16,2	36,4	14,5	50,0	65,0	9,1	4,0	2,3	0,2	2,3	100	100
1771-75	41:269\$214	40	13:714\$617	59	330\$000	2	5:420\$000	5	160\$000	2	60:909\$831	108
%	67,7	37,0	22,5	54,6	0,5	1,8	8,9	4,6	0,3	1,8	100	100
1776-80	77:884\$720	34	11:075\$885	42	108\$000	1	5:700\$000	2	298\$000	3	95:066\$605	82
%	81,9	41,5	11,6	51,2	0,1	1,2	6,0	2,4	0,3	3,6	100	100
Total	224:435\$694	157	103:455\$782	229	39:648\$000	13	16:120\$000	10	565\$290	6	384:240\$766	414
%	58,4	37,9	26,9	55,3	10,3	3,1	4,2	2,4	0,1	1,4	100	100

Obs.: N.E = número de escrituras

Fonte: As mesmas do apêndice 1.

1.2 – Participação percentual dos diversos tipos de vendas no valor total transacionado na cidade do Rio de Janeiro, 1650 e 1750 (em mil-réis)

Período	Negócios rurais		Negócios urbanos		Chácaras		Embarcações		Outras vendas		Valor total	
	Valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	Valor	N.E
1650-70	85:533\$642	94	23:811\$950	118	1:540\$000	6	5:634\$500	14	1:020\$400	4	117:540\$724	236
%	72,77	39,83	20,26	50,00	1,31	2,54	4,79	5,93	0,87	1,69	100,00	100,00
1671-90	42:330\$790	64	8:775\$747	66	821\$000	7	620\$000	7	735\$000	7	53:282\$681	151
%	79,45	42,38	16,47	43,71	1,54	4,64	1,16	4,64	1,38	4,64	100,00	100,00
1691-1700	43:014\$596	80	8:236\$500	58	815\$400	7	189\$000	2	3:366\$340	12	70:821\$983	159
%	77,33	50,31	14,81	36,48	1,47	4,40	0,34	1,26	6,05	7,55	100,00	100,00
1711-20	133:584\$486	82	43:870\$569	70	5:980\$000	4	10:730\$000	13	9:712\$000	13	203:877\$224	182
%	65,52	45,05	21,52	38,46	2,93	2,20	5,26	7,14	4,76	7,14	100,00	100,00
1727-30	29:615\$000	19	16:344\$000	24	1:900\$000	3	3:000\$000	5	13:037\$550	14	63:896\$550	65
%	46,35	29,23	25,58	36,92	2,97	4,62	4,70	7,69	20,40	21,54	100,00	100,00
1731-40	108:807\$223	92	67:940\$292	91	10:520\$000	13	18:355\$666	19	9:549\$800	15	215:173\$197	230
%	50,57	40,00	31,57	39,57	4,89	5,65	8,53	8,26	4,44	6,52	100,00	100,00
1741-50	121:702\$985	176	129:483\$185	181	15:983\$859	16	39:329\$200	23	68:271\$881	34	374:771\$506	430
%	32,47	40,93	34,55	42,09	4,26	3,72	10,49	5,35	18,22	7,91	100,00	100,00

Fonte: SAMPAIO, Antônio C. J. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 54.

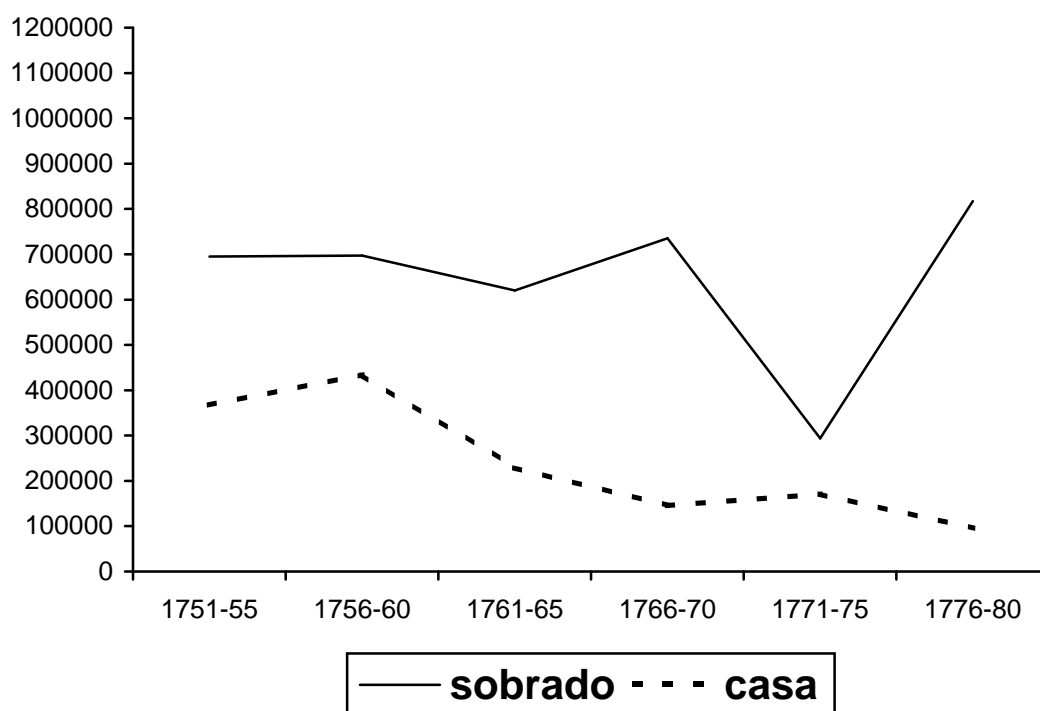
1.3 – Participação percentual dos diversos tipos de vendas no valor total transacionado na cidade do Rio de Janeiro,
1800 e 1816 (em mil-réis)

Período	Negócios rurais		Negócios mercantis		Navios		Prédios		Chácaras		Outros		Totais	
	Valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	Valor	N.E	valor	N.E
1800	152:067\$300	67	149:069\$228	25	113:551\$600	27	126:470\$600	124	6:514\$140	8	32:589\$272	29	580:262\$140	
%	26,21	23,93	25,69	8,93	19,57	9,64	21,79	44,28	1,12	2,86	5,62	10,36	100,00	100,00
1803	136:132\$311	88	140:227\$206	45	88:871\$690	38	154:190\$450	141	35:676\$616	18	41:473\$607	24	596:571\$880	
%	22,82	24,86	23,50	12,71	14,90	10,74	25,85	39,83	6,00	5,08	6,95	6,78	100,00	100,00
1804	95:442\$215	85	56:699\$606	28	94:783\$938	30	149:024\$630	151	23:724\$400	16	22:146\$861	38	441:821\$650	
%	21,60	24,42	12,83	8,04	21,45	8,62	33,73	43,40	5,37	4,60	5,01	10,92	100,00	100,00
1805	192:244\$943	89	54:892\$015	21	134:961\$019	49	144:805\$795	141	16:407\$800	15	9:124\$030	20	552:435\$602	
%	34,80	26,57	9,94	6,27	24,43	14,63	26,21	42,09	2,97	4,48	1,65	5,94	100,00	100,00
1806	118:354\$296	85	54:150\$762	23	138:020\$163	41	155:109\$655	140	19:109\$120	10	10:965\$460	18	495:712\$486	
%	23,89	26,81	10,82	7,26	27,84	12,93	31,29	44,16	3,85	3,15	2,21	5,68	100,00	99,99
1807	126:185\$204	85	119:383\$600	20	96:172\$094	41	174:030\$997	127	31:831\$481	8	78:490\$235	49	626:093\$611	
%	20,15	25,76	19,07	6,06	15,36	12,42	27,80	38,48	5,08	2,42	12,54	14,85	100,00	99,99
1810	67:222\$419	91	71:264\$659	26	148:916\$947	57	201:022\$099	130	43:009\$001	18	44:264\$962	67	575:700\$087	
%	11,68	23,40	12,38	6,68	25,87	14,65	34,92	33,42	7,47	4,63	7,69	17,22	100,01	100,00
1813	145:620\$289	103	122:039\$909	33	119:010\$230	58	233:885\$590	158	37:532\$815	13	49:802\$763	52	707:891\$596	
%	20,57	24,70	17,24	7,91	16,81	13,91	33,04	37,89	5,30	3,12	7,03	12,47	99,99	100,00
1815	131:755\$270	72	174:353\$181	40	152:810\$753	47	206:468\$476	148	38:355\$760	13	45:085\$348	59	748:828\$888	
%	17,59	19,00	23,28	10,55	20,41	12,40	27,57	39,05	5,12	3,43	6,02	15,57	99,99	100,00
1816	92:421\$742	81	353:233\$095	48	123:556\$273	42	225:549\$982	157	79:954\$074	21	77:388\$252	64	952:100\$418	
%	9,71	19,61	37,10	11,62	12,98	10,17	23,69	38,01	8,40	5,08	8,13	15,50	100,01	99,99

Fonte: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 336.

Um dado que nos chama atenção é o decréscimo dos valores dos negócios urbanos ao longo dos anos. Se entre 1751-55 chegaram a representar 51,0% de todo o montante negociado, no período de 1776-80 esse percentual cai para 11,6%, isso sem ter ocorrido um decréscimo percentual significativo de escrituras envolvendo esse tipo de bens, o que poderia explicar tamanha queda do volume transacionado.

Gráfico 1.1 – Média dos valores dos bens urbanos, Salvador, 1751-80 (em mil réis)



Fonte: Apêndice 2.

Vejamos o gráfico 1.1. Nele, podemos visualizar o preço médio dos bens urbanos arrolados nas escrituras públicas. Foi possível avaliar o preço de 230 imóveis, entre sobrados (73) e casas térreas (157). Salta aos olhos a desvalorização que ocorreu no valor das casas, cerca de 75% em 30 anos, corroborando a informação obtida na tabela 1.1 sobre o decréscimo percentual do montante total envolvendo as transações dos bens urbanos. Já os sobrados de forma geral mantiveram o valor médio com períodos de altas e baixas. Essa desvalorização dos imóveis urbanos pode estar atrelada a mudança da sede do vice-reinado para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, acarretando em um esvaziamento populacional de Salvador. Conseqüentemente, ocorreu uma maior oferta de moradia frente à demanda. Contudo, nossas análises estão no campo da especulação, pois há ainda escrituras a serem levantadas para o

restante do período e precisamos confrontar esses dados com outras fontes que possam comprovar ou não a idéia de uma diminuição da urbe soteropolitana.

Para efeito de comparação aos dados da tabela 1.1, reproduzimos a tabela 1.2 elaborada por Antônio Carlos Sampaio. Trata-se de dados de escrituras públicas coletadas dos livros dos cartórios do 1. e 2. ofícios de notas da cidade do Rio de Janeiro entre 1650-1750. Em suas análises, Sampaio aponta comportamento parecido ao que observamos para a sociedade de Salvador, qual seja, o forte peso dos valores das transações envolvendo negócios rurais, embora não fossem predominantes em número de escrituras, exceção feita à década de 1690, momento no qual representaram mais que a soma de todos os outros negócios. Do mesmo modo, o autor chama atenção para o número significativo de escrituras de bens urbanos, conquanto representassem uma fração pequena frente ao total dos valores negociados. Para Sampaio, tais características era reflexo dos valores mais elevados dos bens agrários. Era no setor rural que se encontravam os bens de maior valor agregado, como os engenhos.⁴

Tal percepção também é válida para o caso de Salvador. No ano de 1779, por exemplo, Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco e sua mulher venderam um engenho com todas as suas benfeitorias pela quantia de 30:000\$000 a João Vilela de Carvalho, homem de negócio da praça de Salvador.⁵ Por outro lado, nesse mesmo ano, a soma de todos os bens urbanos negociados foi de 9:622\$885, valor três vezes inferior a negociação do engenho. O bem urbano de maior valor negociado em 1779 foi uma morada de casa de sobrado vendida por Inocêncio José da Costa, capitão e homem de negócio, a Antônio da Costa, cirurgião-mor da cidade, pela quantia de 1:700\$000.⁶ Com o montante pago pelo engenho era possível comprar 17 sobrados parecidos ao que o capitão Inocêncio vendeu.

A tabela 1.4 nos mostra dados relativos aos preços médios dos imóveis transacionados em Salvador. Analisando o período como um todo, os valores de negociação dos engenhos chegaram a variar no mínimo de 2:800\$000 a um máximo de 31:000\$000, sendo de 15:400\$000 a média dos preços baseados na transação de nove engenhos, incluídos terras, benfeitorias e escravos. Já as fazendas de gado bovino e cavalari tinham preços variando de 200\$000 a 8:800\$000, com valor médio de 1:350\$000. A comparação desses valores com os de sobrados e casas nos permite constatar o peso e a quantia necessária para o investimento em bens rurais. Um engenho valia aproximadamente 25 sobrados ou 62 casas. Não podia ser

⁴ SAMPAIO, *op. cit.*, 2003, p. 74.

⁵ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 120, p. 326v.

⁶ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 120, p. 334v.

diferente, pois ao contrário dos imóveis urbanos, os bens rurais tinham características produtivas, compondo-se de moradia, terras para a plantação ou criação de animais, escravos, ferramentas e, no caso dos engenhos, fábrica para a produção de açúcar.

Tabela 1.4 – Valor médio dos bens arrolados nas escrituras de compra e venda em Salvador, 1751-80

Bens	Média	Mínimo	Máximo
Sobrado (91)	606\$000	66\$000	2:300\$000
Casa (198)	245\$000	22\$000	1:000\$000
Engenho (9)	15:400\$000	2:800\$000	31:000\$000
Fazenda de Gado (23)	1:350\$000	200\$000	8:800\$000

OBS: 1- valores em mil réis

2 - os números em parênteses referem-se a quantidade de bens avaliados nas escrituras.

Fonte: APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador* (livros 90 (18/02/1751 a 08/02/1752), 92 (07/10/1752 a 11/01/1754), 93 (26/02/1754 a 26/04/1755), 94 (10/06/1755 a 23/10/1755), 95 (15/12/1754 a 01/05/1755), 97 (20/08/1754 a 18/08/1756), 98 (08/07/1756 a 15/08/1757), 99 (10/03/1756 a 04/09/1757), 102 (1758 a 1761), 103 (1758 a 1763), 104 (04/09/1761 a 24/06/1763), 105 (26/06/1763 a 03/07/1764), 106 (04/03/1765 a 24/04/1766), 109 (1766 a 1767), 110 (14/12/1768 a 22/04/1770), 114 (13/07/1771 a 31/03/1772), 115 (17/08/1773 a 10/05/1775) e 120 (07/07/1778 a 02/01/1780).

Entre 1684-1725, período anterior ao analisado na tabela 1.4, Rae Flory constatou que o valor de um engenho sem escravos variava de 1:400\$000 a 33:300\$000, sendo de 15:200\$000 a média dos preços dos engenhos.⁷ Ainda segundo a autora, o gasto se elevava quando se contabilizava o custo da mão-de-obra escrava. Calculando a necessidade de pelo menos 30 homens para executar as tarefas cotidianas de um engenho, o valor médio subiria para 20:000\$000, superior, portanto ao período analisado neste trabalho. Infelizmente, Flory não calculou os valores relativos aos bens localizados na urbe, o que nos impede de fazer uma comparação temporal com dados apontadas na tabela 1.4.

Voltemos a tabela 1.1. O padrão de investimento apontado entre os anos de 1766-70 destoa dos demais. Neste período, as transações comerciais representaram 65,0% do montante

⁷ FLORY, Rae. *Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. The University of Texas at Austin, PH.D teses, 1978, pp. 63-4.

negociado, embora totalizassem apenas 9,1% das escrituras, enquanto os bens agrários (presentes em 36,4% das escrituras) atingiram 16,2% do valor total e os bens urbanos 14,5% (negociados em 50,0% das transações). Essa distorção pode ser explicada pela venda no ano de 1769 de um trapiche ao preço de 30:000\$000, efetuada pelo alcaide-mor da cidade, José Pires de Carvalho e Albuquerque e sua esposa, Isabel Joaquina de Aragão, ao capitão e homem de negócio, Teodósio Gonçalves da Silva e sua mulher, Ana Luíza de Queirós e Silva.⁸ De forma geral, transações envolvendo bens comerciais não atingiam tal monta e nem se quer se aproximavam da quantia referente ao trapiche. O valor mais próximo que encontramos, foi a venda no ano de 1760 de uma loja de sobrados, efetuada por Teresa Maria de Jesus e seus familiares ao capitão Antônio André Torres, cujo valor pago foi de 2:600\$000.⁹

Portanto, exceção feita ao lustro de 1766-70, os negócios envolvendo bens mercantis nunca tiveram peso frente ao valor total das escrituras. Foram responsáveis por apenas 10,3% de todo o montante transacionado. Mesmo se somarmos a eles as quantias obtidas nas transações de embarcações (4,2% do total), esse montante fica aquém do que poderíamos imaginar para uma cidade portuária e com alto fluxo comercial.

João Fragoso estudando a praça do Rio de Janeiro em período mais avançado (1800-16) consegue perceber um comportamento diferente do apresentado na cidade de Salvador. Observando a tabela 1.3 notamos o peso dos valores referentes às transações mercantis, que em determinados anos se igualava e até mesmo ultrapassava os negócios rurais. Somado as negociações de navios, tais negociações tornam-se hegemônicas na sociedade carioca. Os preços referentes aos bens mercantis, em quase todos os anos, correspondem a pelo menos o dobro dos valores médios encontrados no setor agrário, o que significa que embora as atividades mercantis não gerassem valor à produção social tinham uma cotação de mercado superior à produção agrícola, esta sim responsável pela reprodução da sociedade.¹⁰

De início, esses dados podem indicar uma contradição, pois afinal trata-se de uma economia regulada e reiterada quase que exclusivamente pela produção agrícola. Seria necessário, portanto, um alto e contínuo investimento nesta área. Contudo, Fragoso percebe que essa economia assentada em agricultura extensiva dependia da incorporação de mais terras e homens sem a necessidade de um desenvolvimento técnico da lavoura. Estas condições, segundo o autor, eram satisfeitas no espaço colonial a preços reduzidos, devido à

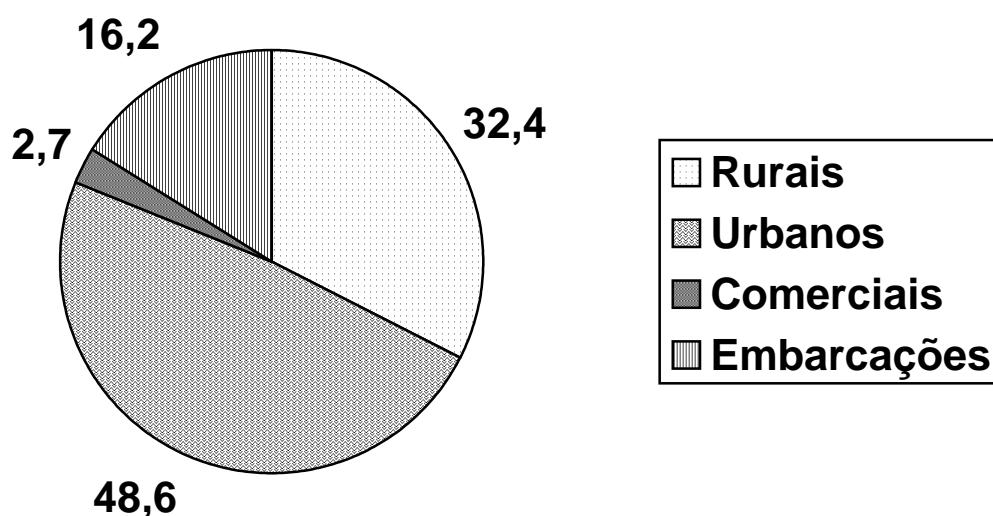
⁸ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 110, p. 39.

⁹ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 102, p. 253.

¹⁰ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 337.

presença de três condições fundamentais: fronteira agrícola aberta; oferta elástica de mão-de-obra; produção de alimentos a preços baixos. Desta maneira, a conjugação desses fatores facultava a reiteração desta sociedade. Conseqüentemente, o fato de se poder manter as atividades agrícolas com baixo investimento, abria a possibilidade para o desvio de capital para outras atividades não atreladas a geração de riqueza.¹¹ Por conseguinte, houve na praça mercantil carioca uma distinção clara entre o grupo mercantil e a elite agrária.

Gráfico 1.2 – Bens adquiridos pelos homens de negócios da Bahia



Fonte: A mesma da tabela 1.4.

Frente a esses dados do Rio de Janeiro do início do século XIX, a economia da cidade de Salvador na segunda metade do XVIII possuía uma capacidade reduzida para gerar riqueza via atividade comercial. Talvez isso ocorresse pelo fato do grupo mercantil baiano não ter o peso e a força do seu congênere carioca no início dos Oitocentos. Sampaio acredita que esse era o motivo da diferença entre o padrão percebido por ele no mercado carioca pré-1750 e por Fragoso já no início do século XIX.¹² E mais, esse mesmo autor acredita que parte das rendas obtidas no comércio era transferida para o setor rural e vice-versa. Múltiplos investimentos feitos quase simultaneamente impediam que uma elite mercantil se destacasse do setor agrário no Rio de Janeiro pré-1750. Essa é uma hipótese para se analisar no caso baiano. Mas é

¹¹ Idem, pp. 340-1.

¹² SAMPAIO, *op. cit.*, 203, pp. 75-6.

possível também que a mudança do eixo político-administrativo da América lusa possa ter provocado um recuo ou até mesmo reduzido o desenvolvimento dos negócios comerciais na Bahia. Vejamos então como se caracterizava os investimentos dos homens de negócios na Bahia.

Voltando as escrituras de compra e venda, foi possível levantar os bens adquiridos pelos homens de negócios e elaborar o gráfico 1.2. Cabe ressaltar que não se trata de todo o universo de bens comprados por esses indivíduos uma vez que, mesmo com o cruzamento de fontes não foi possível estabelecer a categoria profissional de todos os compradores presentes na documentação. Da mesma forma, acreditamos que algumas compras envolvendo homens de negócios possam não ter sido capturadas pelas fontes notariais. De todo modo, observamos no gráfico 1.2 que era pequena o peso dos bens comerciais, o que nos faz acreditar que diferente de seus congêneres cariocas, os homens de negócios da Bahia ainda não tinham como estratégia a diferenciação como um grupo específico dentro da sociedade. Seus investimentos diversificados estavam atrelados aos imóveis urbanos e ao setor produtivo do meio rural, como destacado no gráfico 1.2. Isso corrobora a idéia de Smith e Flory de que não havia na Bahia uma dicotomia entre os agentes dos setores agrários e comerciais.¹³

Tabela 1.5 – participação dos homens de negócios na compra de bens rurais, 1751-80 (valores em mil réis)

Valor total	224:435\$694
Valor H.N. (a)	48:900\$080
%	21,8
Total de compras	157
Total H.N. (b)	12
%	7,6

OBS: (a) – valor das compras feitas pelos homens de negócios; (b) – número de compras feitas pelos homens de negócios.

Fonte: A mesma da tabela 1.4.

A tabela 1.5 nos mostra o peso dos investimentos dos homens de negócios nos setores rural e urbano. Nela fica bem marcado o montante aplicado por esses homens no agro baiano. Embora tivessem participação de apenas 7,6% das compras envolvendo bens rurais, o montante relativo a essas transações representava 21,8% de todo o capital transacionado

¹³ FLORY, Rae & SMITH, David Grant. “Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries”. In: *Hispanic American Historical Review*, 58 (4), 1978.

nessas aquisições. Tal volume de negócio pode ser explicado como estratégias pessoais deste grupo, pois o investimento em terras e engenhos era tido como um mecanismo para a obtenção de *status* nesta sociedade. Embora aplicassem capital em propriedades rurais, os negociantes permaneciam focados em sua carreira mercantil, devido à alta rentabilidade do comércio de africanos. Muitas vezes eram os filhos desses mercadores que comandavam os negócios da família no meio rural. Essa era uma estratégia dos maiores homens de negócios baianos que, desta forma, procuravam desviar seus filhos das práticas mercantis, estabelecendo-os como senhores de terras em áreas próximas a cidade de Salvador, adicionando *status* e prestígio a suas famílias.¹⁴

Rae Flory observou que a rotatividade da posse de engenhos era alta na Bahia. Uma das explicações expostas pela autora era o elevado grau de endividamento do setor agrário, que acabava acarretando em sucessivas transferências de propriedades.¹⁵ Somado a isso, Flory notou uma contínua reciclagem dos senhores de engenho. Cerca de 60% desses indivíduos eram portugueses ou filhos de imigrantes lusos, cujo acesso aos bens rurais se dava via compra ou matrimônio envolvendo filhos de proprietários rurais. A aliança entre dois setores distintos não só revigorava o setor agrário com o capital obtido no meio mercantil, como também possibilitava aos comerciantes certo grau de prestígio.

Contudo, as opções dos homens de negócio não se encerravam na aquisição de bens rurais. Alguns, como Luís Gomes Coelho, escolhiam outras formas de investimento, atuando em atividades rentistas, comprando imóveis urbanos. No ano de 1755, Luís aparece nas escrituras adquirindo um sobrado de Francisco Almeida Viana ao custo de 987\$340.¹⁶ Doze anos depois, o mesmo comerciante comprou duas moradas de casas térreas de pedra e cal, a primeira da viúva de Diogo Pereira da Silva, dona Clara das Neves, ao valor de 140\$000, a segunda do capitão Francisco Xavier de Castilho, por 180\$000.¹⁷ Por fim, no ano de 1774,

¹⁴ KENNEDY, John Norman. "Bahian Elites, 1750-1822". In: *Hispanic American Historical Review*, 53 (3), 1973, pp. 423-4; FLORY & SMITH, *op. cit.*, 1978, pp. 576-82. Fernand Braudel aponta que em sociedades preocupadas com a manutenção de hierarquia excludentes, como a européia entre os séculos XV-XVIII, nem sempre os excedentes econômicos tinham uma direção produtiva, sendo estes, de modo recorrente, aplicados no sentido de adquirir *status* social. Exemplo disso seriam os comerciantes atacadistas que, após acumularem grandes fortunas, compraram terras visando a promoção social, muito embora esse tipo de investimento não lhes fornecesse o mesmo montante de capitais que as atividades comerciais. Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (Volume 2), pp.125-8 e 215-8.

¹⁵ FLORY, *op. cit.*, 1978, pp. 83 e 97.

¹⁶ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 97, p. 77.

¹⁷ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 109, pp. 19v e 54.

Luís Gomes efetua mais duas compras de sobrados, um a Silvestre André Torres, ao custo de 700\$000 e o outro de Tomé de Jesus da Silva pelo valor de 180\$000.¹⁸

Muitas vezes o capital para a compra dos bens era obtido mediante empréstimos realizados na praça de Salvador. Foi assim que o capitão Pedro Ferreira de Souza conseguiu amealhar a quantia necessária para efetuar a compra desejada. No ano de 1755, o militar conseguiu junto à Irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Salvador um empréstimo de 150\$000.¹⁹ Com esta quantia, acrescida de dinheiro previamente acumulado, Pedro Ferreira pode comprar no mesmo ano, do alferes Sebastião de Araújo Góes um sobrado pelo valor de 300\$000.²⁰ Já o homem de negócios Frutuoso Antônio de Mesquita precisou recorrer ao Convento de Nossa Senhora das Almas da cidade de Salvador após comprar um engenho cujo valor foi 8:000\$000.²¹ Junto à instituição religiosa conseguiu o crédito de 400\$000.²² Provavelmente, esse capital serviria para dar o impulso inicial a produtividade do engenho uma vez que eram altas as despesas para se colocar e manter em produtividade um engenho de açúcar. Segundo Schwartz, o acesso ao crédito que os senhores de engenho dispunham era mais importante do que o dinheiro que possuíam em caixa.²³ No ano de 1781, para se iniciar a operação de um engenho bastava 1/3 do capital necessário. O restante podia ser conseguido com homens de negócio ou instituições credoras.

O que buscamos apontar nesse texto, ainda de forma preliminar, é a representatividade dos padrões de investimentos na sociedade baiana entre 1750-80. A partir das escrituras públicas de compra e venda, verificamos que o peso dos negócios rurais se sobrepunha aos demais, sendo ainda pequena o volume de transações envolvendo bens comerciais. Tal conjuntura pode ser explicada por uma ausência em Salvador de um grupo mercantil específico e forte como já se apresentava na praça do Rio de Janeiro desde meados do século XVIII. Na Bahia, boa parte do volume negociado envolvendo bens agrários contou com a participação de homens de negócios, caracterizando uma sobreposição entre a carreira mercantil e a agrária.

¹⁸ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 115, pp. 175 e 261v.

¹⁹ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 106, p. 28v.

²⁰ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 97, p. 99.

²¹ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 114, p. 170v

²² APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 114, p. 180v.

²³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 179.

Apêndice 1 – Participação percentual dos diversos tipos de vendas no valor total transacionado na cidade de Salvador entre 1751 e 1780 por ano
(em mil-réis)

Ano	Negócios rurais		Negócios urbanos		Negócios comerciais		Embarcações		Outras vendas		Valor total		empréstimos	
	Valor	N.E	valor	N.E	Valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E	valor	N.E
1751	2:506\$000	4	4:860\$000	5	1:540\$000	2					8:906\$000	11	3:200\$000	4
%	28,1	36,4	54,6	45,4	17,3	18,2					100	100	35,9	36,4
1752	290\$000	1	1:070\$000	3							1:360\$000	4	5:525\$304	3
%	21,3	25,0	78,7	75,0							100	100	406,3	75,0
1753	2:468\$704	6	3:190\$000	6							5:658\$704	12	8:750\$000	3
%	43,6	50,0	56,4	50,0							100	100	154,6	25,0
1754	5:599\$000	7	8:785\$000	8							14:384\$000	15	18:525\$804	6
%	38,9	46,7	61,1	53,3							100	100	128,8	40,0
1755	12:988\$000	9	8:552\$340	10							21:540\$340	19	8:568\$000	7
%	60,3	47,4	39,7	52,6							100	100	39,8	36,8
1756	2:120\$000	4	4:407\$000	9							6:527\$000	13	23:126\$678	5
%	32,5	30,8	67,5	69,2							100	100	354,3	38,5
1757	9:229\$770	4	9:751\$000	11	400\$000	1					19:380\$770	16	11:162\$240	5
%	47,6	25,0	50,3	68,8	2,1	6,2					100	100	57,6	31,2
1758	1:450\$000	2	600\$000	1							2:050\$000	3	230\$000	1

%	70,7	66,7	29,3	33,3							100	100	11,2	33,3
1759	12:969\$840	7	14:712\$000	18	2:500\$000	2	1:800\$000	1			31:981\$840	28	2:880\$000	4
%	40,6	25,0	46,1	64,3	7,8	7,1	5,7	3,6			100	100	9,0	14,3
1760	36:150\$000	9	6:418\$400	10	2:600\$000	1	1:200\$000	1			46:368\$400	21	74:630\$000	9
%	78,0	42,9	13,8	47,6	5,6	4,8	2,6	4,8			100	100	160,9	42,9
1761	3:580\$000	4	3:878\$000	7							7:458\$000	11	5:400\$000	5
%	48,00	36,4	52,0	63,6							100	100	72,4	45,4
1762	4:147\$500	5	1:335\$000	7							5:482\$500	12	5:605\$249	1
%	75,6	41,7	24,3	58,3							100	100	102,2	8,3
1763	200\$000	1	1:724\$000	5							1:924\$000	6	1:850\$000	2
%	10,4	16,7	89,6	83,3							100	100	96,1	33,3
1764	2:680\$000	2	1:728\$540	3							4:408\$540	5	3:750\$000	5
%	60,8	40,0	39,2	60							100	100	85,1	100
1765	500\$000	1	840\$000	3							1:340\$000	4	6:187\$271	7
%	37,3	25,0	62,7	75,0							100	100	461,7	175,0
1766			1:322\$000	2							1:322\$000	2	250\$000	1
%			100	100							100	100	18,9	50,0
1767	1:040\$280	5	1:856\$000	5	500\$000	1					3:396\$280	11	1:379\$650	3
%	30,6	45,4	54,6	45,4	14,7	9,1					100	100	40,6	27,3
1768	1:340\$000	1	666\$000	3							2:006\$000	4	800\$000	1
%	66,8	25,0	33,2	75,0							100	100	39,9	25,0

1769	1:706\$666	4	2:208\$000	6	30:670\$000	2					34:584\$666	12	2:846\$575	5
%	4,9	33,3	6,4	50,0	88,7	16,7					100	100	8,2	41,7
1770	730\$000	2	1:148\$000	7	1:000\$000	1	2:000\$000	1	107\$290	1	4:985\$290	12	1:181\$964	2
%	14,6	16,7	81,3	58,3	20,0	8,3	40,1	8,3	2,1	8,3	100	100	23,7	16,7
1771	23:134\$974	14	1:108\$440	7			2:400\$000	2	160\$000	2	26:803\$414	25	10:174\$427	12
%	86,3	56,0	4,1	28,0			8,9	8,0	0,3	8,0	100	100	38,0	48,0
1772	7:487\$240	12	5:182\$177	22	150000	1					12:819\$417	35	6:468\$208	12
%	58,4	34,3	40,4	62,8	1,2	2,8					100	100	50,5	34,3
1773	6:510\$000	4	2:212\$000	8							8:722\$000	12	7:444\$106	12
%	74,6	33,3	25,4	66,7							100	100	85,3	100
1774	3:862\$000	8	4:912\$000	20	180\$000	1	820\$000	2			9:774\$000	31	9:348\$091	13
%	39,5	25,8	50,2	64,5	1,8	3,2	8,4	6,4			100	100	95,6	41,9
1775	275\$000	2	300\$000	3			2:200\$000	1			2:775\$000	6	6:355\$060	6
%	9,9	33,3	10,9	50,0			79,3	16,7			100	100	229,0	100
1776														
%														
1777														
%														
1778	2:683\$000	10	1:453\$000	14			900\$000	1	298\$000	3	5:334\$000	28	9:293\$973	13
%	50,3	35,7	27,2	50			16,9	3,6	5,6	10,7	100	100	174,2	46,4
1779	75:201\$720	24	9:622\$885	28	108\$000	1	4:800\$000	1			89:732\$605	54	20:410\$455	18

%	83,8	44,4	10,7	51,8	0,1	1,8	5,3	1,8			100	100	22,7	33,3
1780														
%														

Obs.: 1 - N.E = número de escrituras

2 – O número de escrituras refere-se àquele que conseguimos levantar e já analisadas a partir do banco de dados. Por ora não foi levantados dados para os anos de 1776, 1777 e 1780.

Fonte: APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador* (livros 90 (18/02/1751 a 08/02/1752), 92 (07/10/1752 a 11/01/1754), 93 (26/02/1754 a 26/04/1755), 94 (10/06/1755 a 23/10/1755), 95 (15/12/1754 a 01/05/1755), 97 (20/08/1754 a 18/08/1756), 98 (08/07/1756 a 15/08/1757), 99 (10/03/1756 a 04/09/1757), 102 (1758 a 1761), 103 (1758 a 1763), 104 (04/09/1761 a 24/06/1763), 105 (26/06/1763 a 03/07/1764), 106 (04/03/1765 a 24/04/1766), 109 (1766 a 1767), 110 (14/12/1768 a 22/04/1770), 114 (13/07/1771 a 31/03/1772), 115 (17/08/1773 a 10/05/1775) e 120 (07/07/1778 a 02/01/1780).

Apêndice 2 - Valor médio dos bens arrolados nas escrituras de compra e venda em Salvador por quinquênios, 1751-80

Período	1751-55	1756-60	1761-65	1766-70	1771-75	1776-80	Valor mínimo	Valor máximo
Sobrado	694\$666	696\$900	619\$791	735\$000	293\$764	817\$431	66\$000	2:300\$000
Casa	367\$037	434\$627	228\$904	145\$473	170\$992	95\$358	22\$000	1:000\$000
Sobrado com loja	770\$000	1:100\$000		723\$333	165\$000	108\$000	108\$000	2:600\$000
Embarcação		1:500\$000		2:000\$000	1:084\$000	4:800\$000	370\$000	4:800\$000
Engenho	3:200\$000	8:808\$923			5:379\$487	29:564\$444	2:800\$000	31:000\$000
Fazenda	1:191\$875	1:100\$000	1:343\$750	590\$000	675\$000	844\$615	150\$000	3:400\$000
Fazenda cana	3:200\$000	10:000\$000	1:180\$000		6:000\$000	800\$000	800\$000	6:000\$000
Fazenda de gado	833\$333	808\$333	2:000\$000	1:550\$000	1:902\$475		200\$000	8:800\$000
Roça	359\$333	600\$000	320\$000	435\$000	301\$875	195\$166	100\$000	1:000\$000
Sítio	483\$333	300\$000	800\$000		320\$000	72\$666	40\$000	800\$000
Sítio gado	540\$000	500\$000	610\$000		455\$000		150\$000	760\$000
Terra	261\$450	347\$284	511\$666	255\$993	138\$786	160\$440	11\$000	1:150\$000

Fonte: A mesma do apêndice 1.